



Transparência ativa e redução das desigualdades: Um estudo comparativo entre municípios de alto e baixo IDHM na Paraíba

Camila dos Santos Farias

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

santokamilla87@gmail.com

Kevin Ferreira Corcino

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

kevin.corcino@ufcg.edu.br

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

bruno.pasquarelli@professor.ufcg.edu.br

Catharina Araújo Lisbôa

Faculdade Baiana de Direito,

catharina@apgadogados.adv.br

Modalidade: (x) Texto Completo () Texto em andamento () Resumo expandido

Resumo

A transparência ativa é um elemento fundamental da governança pública, promovendo o acesso à informação e possibilitando o controle social. Este estudo teve como objetivo comparar o nível de transparência ativa entre municípios paraibanos com alto e baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), utilizando a Escala Brasil Transparente 360° como referência. Para isso, foi desenvolvido uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada na análise de dados secundários extraídos dos portais de transparência municipal. Os resultados indicaram que, embora todos os municípios tenham obtido a pontuação máxima nos critérios formais de transparência, houve diferenças significativas na forma como as informações são apresentadas. Municípios com maior IDHM apresentam sistemas mais estruturados e acessíveis, enquanto aqueles com menor IDHM enfrentam desafios na atualização e detalhamento dos dados. Além disso, proporciona-se que o cumprimento legal da transparência não garante, necessariamente, um acesso eficiente às informações por parte da população. Conclui-se que, para que a transparência ativa seja eficaz, é essencial não apenas atender aos requisitos normativos, mas também investir na qualidade das informações, na usabilidade dos portais e na fiscalização contínua por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

Palavras-chave: Transparência ativa; desenvolvimento humano; gestão pública; desigualdades sociais; governança democrática.



Abstract

Active transparency is a fundamental element of public governance, promoting access to information and enabling social control. This study aimed to compare the level of active transparency between municipalities in Paraíba with high and low Municipal Human Development Index (MHDI), using the 360° Transparent Brazil Scale as a reference. To this end, a quantitative and descriptive approach was developed, based on the analysis of secondary data extracted from municipal transparency portals. The results indicated that, although all municipalities obtained the maximum score in the formal transparency criteria, there were significant differences in the way information is presented. Municipalities with a higher MHDI have more structured and accessible systems, while those with a lower MHDI face challenges in updating and detailing data. In addition, it is provided that legal compliance with transparency does not necessarily guarantee efficient access to information by the population. It is concluded that, for active transparency to be effective, it is essential not only to meet regulatory requirements, but also to invest in the quality of information, the usability of portals and continuous monitoring by society and control bodies.

Keywords: Active transparency; human development; public management; social inequalities; democratic governance.

1. INTRODUÇÃO

A transparência pública tem se consolidado como um princípio essencial para o fortalecimento da gestão democrática e o aprimoramento das políticas públicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas. No Cariri paraibano, região historicamente caracterizada por limitações estruturais e desafios no acesso a serviços públicos de qualidade, a transparência ativa surge como uma ferramenta estratégica para ampliar o controle social, fomentar a participação cidadã e promover maior eficiência na administração pública (Britto; Bezerra Filho; Santos, 2024).

A transparência ativa, caracterizada pela disponibilização proativa de informações públicas pelas instituições públicas, desempenha um papel fundamental na promoção da governança democrática e na redução das desigualdades sociais e econômicas. No contexto brasileiro, onde as disparidades regionais são marcantes, a relação entre transparência e desenvolvimento humano se torna ainda mais relevante (Paula, 2024).

Neste contexto, a utilização de indicadores objetivos se torna fundamental para a análise e avaliação da qualidade da gestão pública, pois permite medir de forma comparável e padronizada aspectos como eficiência administrativa, acesso à informação, participação social e desenvolvimento humano. No que se refere ao uso de indicadores para mensurar qualidade de vida na Paraíba, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) revela importantes disparidades entre os municípios da região, evidenciando diferentes níveis de qualidade de vida, educação, renda e longevidade (Alcântara, 2019).

A disparidade no nível de transparência ativa entre municípios com diferentes Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na Paraíba pode refletir e reforçar desigualdades sociais e econômicas. Municípios com baixo IDHM tendem a ter menos recursos e menos capacidade institucional para promover a transparência, o que pode limitar o acesso da população à informação e dificultar a participação cidadã. Por outro lado, municípios com alto IDHM geralmente apresentam maior comprometimento com a transparência, o que pode favorecer a accountability governamental (entendida como o dever dos gestores públicos de prestar contas de suas ações, garantindo que haja



controle social e responsabilização pelas decisões e pelo uso dos recursos públicos) e a implementação de políticas públicas mais eficazes (Alcântara, 2019; Paula, 2024).

A literatura sobre transparência e desenvolvimento humano sugere que a disponibilização de informações públicas pode melhorar a eficiência governamental, facilitar o controle social e promover a justiça social (Marco; Terci, 2022). No entanto, há uma lacuna significativa em estudos que examinem essa relação em contextos locais específicos, como os municípios da Paraíba, particularmente no que se refere à transparência ativa (Guedes; Araújo, 2024; Siqueira; Souza; Silva, 2024).

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é comparar o nível de transparência ativa entre os cinco municípios com maior e os dez municípios de menor IDHM na Paraíba, buscando contribuir com o entendimento do papel da transparência na redução das desigualdades sociais e econômicas.

Como método adotado utiliza-se a Escala Brasil Transparente 360° por ser um processo validado e amplamente usado na gestão pública brasileira para avaliar a transparência ativa e desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU). Este tema se insere no campo mais amplo dos estudos sobre governança pública e desenvolvimento humano, áreas que vêm ganhando destaque na agenda de pesquisa das ciências sociais e políticas públicas e possui como relevância a sua capacidade de contribuição com a temática sobre a eficácia das políticas de transparência ativa como instrumentos para a promoção da equidade social, em um contexto de crescentes demandas por maior accountability e redução das desigualdades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A transparência ativa é um conceito fundamental na governança moderna, caracterizando-se pela disponibilização proativa de informações públicas pelas administrações governamentais. Este princípio visa assegurar que os cidadãos tenham acesso a dados relevantes sobre as atividades e decisões dos gestores públicos, promovendo um ambiente de maior abertura e responsabilidade (Brasil, 2024).

A transparência ativa é considerada um pilar essencial para a promoção da governança democrática, pois facilita o controle social e a participação cidadã. Quando as informações são amplamente divulgadas, a população pode exercer um papel mais ativo na fiscalização e na participação política, o que contribui para uma maior responsabilidade dos governantes e para a construção de uma cultura de abertura e integridade dentro das instituições públicas (TCU, 2024). Além de promover uma maior responsabilidade, a transparência ativa tem um impacto significativo na eficiência governamental. Rizardi (2022) destaca que a disponibilização proativa de informações melhora a capacidade dos governos de gerenciar recursos de forma mais eficaz, já que a visibilidade das ações e decisões aumenta a pressão sobre os gestores para que atuem com maior eficiência. Nesse contexto, a Escala Brasil Transparente 360°, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), emerge como uma ferramenta essencial para avaliar o nível de transparência ativa nos municípios brasileiros. Esta escala fornece um indicador abrangente da eficácia das práticas de transparência, permitindo a comparação entre diferentes jurisdições e a identificação de áreas que necessitam de melhorias (Rizardi, 2022; Marco; Terci, 2022).

2.1 Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

A relação entre transparência e desenvolvimento humano tem sido amplamente discutida no campo da governança pública, especialmente no contexto de países em desenvolvimento, onde a distribuição desigual de recursos e oportunidades acentua as disparidades socioeconômicas (Faria; Faria; Medeiros, 2023). Esse conceito está intrinsecamente ligado à ideia de que o acesso à



informação é um direito fundamental e uma ferramenta poderosa para fortalecer a cidadania e a participação pública, elementos essenciais para o desenvolvimento humano (Brasil, 2024; Rizardi, 2022).

Estudos indicam que a transparência ativa pode contribuir para o desenvolvimento humano de diversas maneiras. A priori, ao fornecer informações detalhadas sobre a administração pública, a transparência ativa permite que os cidadãos monitorem a alocação de recursos e a execução de políticas públicas, assegurando que os serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, sejam efetivamente entregues (Brasil, 2024). Em municípios com alto IDHM, a transparência tende a ser mais robusta, o que facilita o controle social e a accountability dos gestores públicos. Por outro lado, em municípios com baixo IDHM, onde a capacidade institucional e os recursos são limitados, a transparência ativa é frequentemente menos desenvolvida, o que pode perpetuar a desigualdade ao restringir o acesso da população a informações críticas (Alves et al., 2021).

2.2 Contexto Regional da Paraíba

A Paraíba, localizada na região Nordeste do Brasil, é caracterizada por uma diversidade socioeconômica que se reflete em disparidades significativas entre seus municípios. Essas desigualdades são frequentemente evidenciadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que avalia dimensões como saúde, educação e renda para medir as condições de vida da população em nível local. A variação no IDHM entre os municípios paraibanos não é apenas um reflexo das condições econômicas, mas também do acesso desigual a serviços públicos de qualidade, infraestrutura e oportunidades de desenvolvimento (Junior, 2024).

O IDHM médio da Paraíba está abaixo da média nacional, e essa diferença se agrava quando analisamos os municípios individualmente. Municípios como João Pessoa e Campina Grande, por exemplo, apresentam altos índices de desenvolvimento humano, com melhores acessos a serviços de saúde, educação de qualidade e maiores rendas médias per capita (Brasil, 2020).

Em contrapartida, municípios do interior do estado, especialmente na região do sertão, enfrentam desafios significativos, como pobreza extrema, baixa escolaridade e acesso limitado a serviços básicos, refletindo IDHMs consideravelmente menores. Essa disparidade entre as áreas urbanas e rurais da Paraíba destaca a importância de políticas públicas que busquem não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a redução das desigualdades através da promoção de uma governança mais transparente e inclusiva. A literatura aponta que a transparência ativa é um dos mecanismos que podem contribuir para a redução dessas desigualdades, ao fornecer aos cidadãos acesso a informações relevantes sobre a gestão dos recursos públicos e o desempenho das políticas governamentais (FECOP, 2020).

Nesse sentido, a Paraíba oferece um campo fértil para estudos comparativos que possam identificar as melhores práticas e propor recomendações para fortalecer a transparência ativa em contextos de alta desigualdade. No caso da Paraíba, a diversificação das estratégias de transparência, levando em conta as especificidades de cada município, pode potencializar os efeitos positivos sobre o desenvolvimento humano (Ventura; Siebra, 2020; Xavier, 2022).

3. METODOLOGIA

O estudo utiliza uma abordagem quantitativa, que se justifica pela necessidade de mensuração objetiva do fenômeno investigado. Por meio da coleta e análise de dados secundários estruturados, como os índices de transparência da Controladoria-Geral da União (CGU) e o Índice de



Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), busca-se identificar relações significativas entre transparência e equidade social.

O estudo é de natureza descritiva e explicativa. A natureza descritiva se justifica pela necessidade de caracterizar e quantificar o nível de transparência ativa nos municípios da Paraíba, classificando-os conforme seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Já a natureza explicativa permite analisar a relação entre transparência ativa e desenvolvimento humano, buscando identificar possíveis impactos da transparência na redução das desigualdades sociais e econômicas.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de dados secundários disponíveis em fontes oficiais, incluindo indicadores de transparência ativa e desenvolvimento humano. Os dados sobre transparência ativa foram extraídos da Escala Brasil Transparente 360°, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a qualidade da transparência pública nos municípios brasileiros. Já os dados socioeconômicos, incluindo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foram obtidos a partir de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), garantindo a precisão e confiabilidade das informações utilizadas na pesquisa.

Para representar os municípios com alto IDHM, foram escolhidos João Pessoa, Cabedelo e Campina Grande, que possuem os maiores índices do estado, refletindo um maior acesso à educação, saúde e renda. Além disso, foram inclusas Várzea e Patos, que também apresentaram elevados indicadores de desenvolvimento humano. Por outro lado, para representar os municípios com baixo IDHM, foram selecionados São José da Lagoa Tapada, Marcação, Curral de Cima, Santa Cecília, Poço Dantas, Cuité de Mamanguape, Cacimbas, Damião, Casserengue e Gado Bravo, que figuram entre os de menor desenvolvimento humano na Paraíba.

A escolha dos cinco municípios com maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e dos dez com menores índices teve como objetivo assegurar uma comparação representativa e equilibrada entre realidades socioeconômicas distintas no estado da Paraíba. A coleta foi realizada entre os meses de fevereiro a março de 2025, considerando critérios como acessibilidade, atualização das informações e cumprimento das exigências da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a Escala Brasil Transparente 360° (EBT 360°), desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU). A EBT 360° é composta por dois eixos principais: transparência passiva e transparência ativa, sendo esta última o foco do presente estudo. A transparência ativa refere-se à divulgação espontânea de informações pela administração pública, sem necessidade de solicitação prévia por parte do cidadão, abrangendo aspectos como a acessibilidade, clareza, periodicidade e abrangência das informações disponibilizadas.

A coleta de dados foi conduzida por meio da análise dos portais de transparência dos municípios selecionados, utilizando um checklist baseado nos critérios da EBT 360°. Os itens do checklist EBT 360° são agrupados em diferentes categorias, cada uma analisando um aspecto da transparência governamental. As principais categorias são: Estrutura Organizacional e Informações Administrativas, Endereço e telefone das unidades administrativas e Horário de atendimento., Receitas e Despesas, Licitações e Contratos, Obras Públicas, Servidores Públicos, Despesas com Diárias, Lei de Acesso à Informação (LAI), Relatórios Estatísticos e Bases de Dados Abertos. Cada item avaliado no checklist possui uma pontuação máxima, que contribui para o cálculo do total de transparência ativa. A pontuação final obtida reflete o percentual de informações que foram localizadas e disponibilizadas pelo órgão público, permitindo uma análise objetiva do nível de transparência. A partir dessas análises, foram atribuídas pontuações aos municípios, permitindo a comparação entre aqueles com alto e baixo IDHM.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados revelou diferenças significativas nos níveis de transparência ativa entre os municípios de alto e baixo IDHM na Paraíba (Tabela 1). A partir dos dados coletados, observou-se que os municípios com maior IDHM apresentaram pontuações mais elevadas na Escala Brasil Transparente 360°, indicando um compromisso mais robusto com a disponibilização de informações públicas e com os princípios de governança aberta. Em contrapartida, os municípios de baixo IDHM obtiveram escores inferiores, revelando falhas na divulgação de dados essenciais para o controle social e a participação cidadã.

Tabela 1 - Municípios de alto e baixo IDHM na Paraíba.

IDHM BAIXO - PARAÍBA

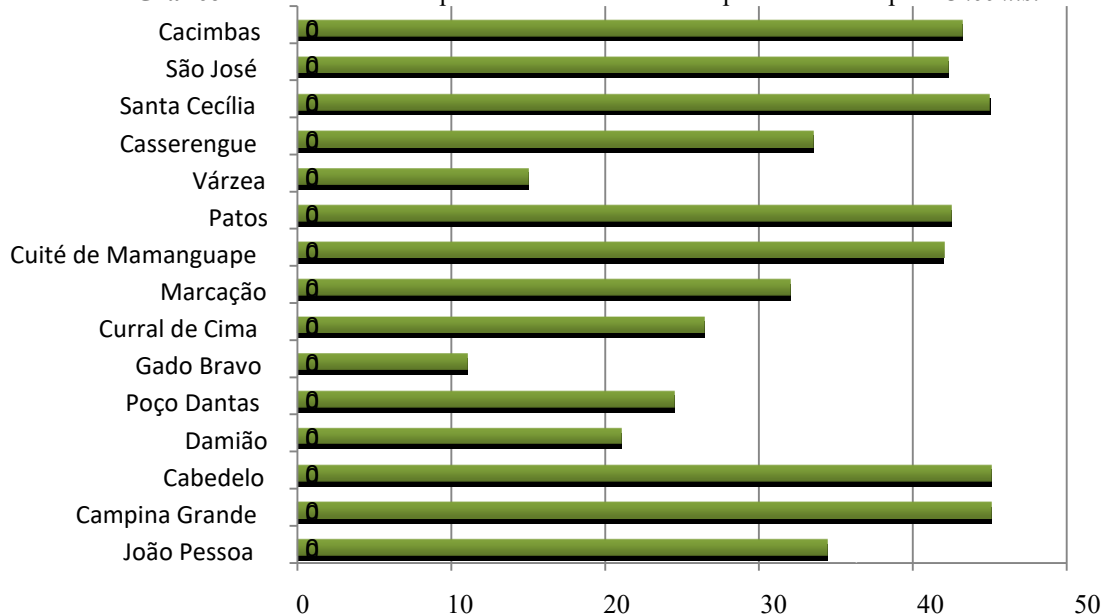
IDHM ALTO - PARAÍBA

01	São José da Lagoa Tapada	0,530	01	João Pessoa	0,763
02	Marcação	0,529	02	Cabedelo	0,748
03	Curral de Cima	0,529	03	Campina Grande	0,720
04	Santa Cecília	0,525	04	Várzea	0,707
05	Poço Dantas	0,525	05	Patos	0,701
06	Cuité de Mamanguape	0,524			
07	Cacimbas	0,523			
08	Damião	0,521			
09	Casserengue	0,514			
10	Gado Bravo	0,513			

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A transparência ativa dos municípios avaliada pelo Checklist EBT 360° reflete o compromisso das prefeituras com a publicidade de informações essenciais à população. A partir dos dados analisados, foi possível comparar as pontuações gerais obtidas pelos municípios, destacando aqueles com melhor e pior desempenho em termos de transparência, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Níveis de Transparência Ativa dos Municípios Avaliados pelo Checklist EBT 360°.





Fonte: Elaboração própria, 2025.

Os municípios que se destacaram com as maiores pontuações foram aqueles que disponibilizaram informações abrangentes sobre estrutura organizacional, receitas, despesas, licitações, contratos e serviços prestados. Dentre eles, destacase Campina Grande, que obteve uma das maiores pontuações gerais, 45,1 do total de 50 pontos, pontuação máxima que os municípios podem atingir na transparência ativa. Isto evidencia que a gestão pública executiva possui um compromisso significativo com a transparência ativa. O município apresentou alto índice de cumprimento dos parâmetros exigidos, garantindo acesso facilitado a informações sobre arrecadação, processos licitatórios e remuneração de servidores.

Santa Cecília também apresentou um desempenho destacado, alcançando altos índices na divulgação de contratos e despesas. Cabedelo (45,1 pontos) se sobressaiu especialmente na transparência relacionada a processos de licitações e contratos. Esses municípios atenderam às exigências do Checklist EBT 360°, dispondo de informações detalhadas e de fácil acesso aos cidadãos, contribuindo para um ambiente mais transparente e participativo.

Por outro lado, alguns municípios apresentaram dificuldades significativas no atendimento aos critérios de transparência. Dentre os que obtiveram as menores pontuações, destacam-se Gado Bravo (11), Várzea (15), Damião (21,07) e Poço Dantas (24,5), que figuram entre os municípios com os piores índices de transparência e com baixos níveis de informação disponibilizada. A falta de publicação de dados sobre arrecadação, contratos e despesas contribuíram para suas baixas pontuações. Também apresentaram deficiências na divulgação de informações essenciais, comprometendo o acesso da população a dados administrativos.

A análise das pontuações gerais evidencia uma discrepância significativa entre os municípios que adotaram boas práticas de transparência ativa e aqueles que ainda enfrentam dificuldades na disponibilização de informações. Os dados obtidos reforçam a importância da publicidade dos atos administrativos, pois ela fortalece a democracia e promove maior participação cidadã.

A maioria dos portais analisados disponibiliza dados sobre a estrutura da administração pública, organogramas e contatos dos gestores, mas com variação na acessibilidade dessas informações. Em João Pessoa e Cabedelo, as informações estão mais organizadas e atualizadas, enquanto em municípios menores há dificuldades na manutenção e acessibilidade desses dados.

A transparência financeira, especialmente no que se refere às receitas e despesas municipais, apresentou diferenças significativas entre os portais. Enquanto João Pessoa e Patos disponibilizam painéis interativos e relatórios detalhados, permitindo a consulta pública das receitas arrecadadas e das despesas por função e órgão, outros municípios de baixo IDHM apresentam apenas documentos genéricos em formato PDF, sem mecanismo de busca ou detalhamento adequado.

A publicidade dos processos licitatórios e dos contratos firmados pelos municípios é essencial para garantir a fiscalização dos gastos públicos. Embora todos os municípios pesquisados apresentem informações sobre licitações, a profundidade dos dados varia consideravelmente. Enquanto em Campina Grande os editais são publicados de forma completa, incluindo dados sobre fornecedores e valores pagos, em Cural de Cima e Poço Dantas as informações estão incompletas ou indisponíveis, dificultando a transparência efetiva. Além disso, foram identificadas dificuldades na obtenção de dados sobre aditivos contratuais e eventuais rescisões, informações cruciais para o controle social.

Outro aspecto relevante da transparência ativa é a divulgação de informações sobre obras públicas. Em Gado Bravo, Casserengue, Damião e outros, os portais não informam ou informam sobre projetos e execução de obras, mas com dados muitas vezes desatualizados ou incompletos. Em contrapartida, João Pessoa apresenta um sistema mais robusto, permitindo o acompanhamento em tempo real das construções e dos valores investidos.



A divulgação da remuneração dos servidores é um dos pontos mais sensíveis da transparência ativa. Em Cabedelo, por exemplo, há um bom nível de detalhamento, permitindo a consulta nominal e a visualização dos valores brutos e descontos aplicados. No entanto, outros municípios de baixo IDHM, as informações são limitadas, apresentando apenas faixas salariais genéricas. Essa variação no nível de transparência compromete o acesso da população a dados relevantes sobre a gestão pública.

Por fim, a análise comparativa entre os níveis de transparência ativa dos municípios avaliados e seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) revela padrões significativos na disponibilização das informações públicas. Em geral, os municípios com IDHM mais elevado e maior população, como João Pessoa e Campina Grande, tendem a apresentar melhores práticas de transparência, especialmente na divulgação de receitas, despesas e dados administrativos. Essas cidades possuem portais mais estruturados, com ferramentas que permitem consultas detalhadas, relatórios periódicos e atualização contínua das informações.

Por outro lado, municípios com menor IDHM, como Curral de Cima e Poço Dantas, apresentam maiores desafios na disponibilização de informações públicas. Em diversas categorias avaliadas, como licitações, contratos administrativos e obras públicas, há menor detalhamento dos dados e, em alguns casos, ausência de informações essenciais para o controle social. Um fator relevante é a limitação técnica e estrutural desses municípios, que podem enfrentar dificuldades tanto na manutenção dos portais quanto na própria gestão dos dados de transparência.

Nesse sentido, estudos como o de Pereira, Pereira e Morais (2020) e reforçam a existência de uma relação estatisticamente positiva entre o nível de desenvolvimento humano e a transparência pública nos municípios brasileiros. O estudo analisou dados de 2.320 municípios brasileiros avaliados na 3ª edição da Escala Brasil Transparente (EBT) e encontrou uma correlação estatisticamente significativa entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e os níveis de transparência.

5 CONCLUSÃO

Em conclusão, este estudo evidenciou que a transparência ativa nos municípios paraibanos apresenta uma grande disparidade, com alguns municípios demonstrando alta conformidade com os requisitos estabelecidos pela Escala Brasil Transparente 360°, enquanto outros ainda enfrentam desafios significativos na disponibilização de informações. Embora alguns municípios tenham alcançado níveis elevados nos critérios avaliados, a transparência efetiva pode ser comprometida por fatores como a usabilidade dos portais, a periodicidade das atualizações e o nível de detalhamento das informações disponibilizadas.

Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de não apenas cumprir os requisitos normativos, mas de investir continuamente na qualidade e acessibilidade da transparência ativa. A implementação de portais mais intuitivos, a padronização da apresentação dos dados e a atualização frequente das informações são aspectos fundamentais para garantir que a transparência cumpra seu papel de fortalecer a governança democrática e possibilitar uma fiscalização social mais eficaz.

Por fim, este estudo contribui para o debate sobre o impacto da transparência na redução das desigualdades, demonstrando que, embora a disponibilização de informações públicas seja um avanço essencial, sua real efetividade depende de um esforço contínuo por parte dos gestores públicos, da fiscalização pelos órgãos competentes e do engajamento da sociedade civil. Apenas com um compromisso efetivo com a transparência será possível garantir que os cidadãos tenham acesso a dados claros, detalhados e utilizáveis para o exercício do controle social e para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.



REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Rafael Rodrigues de. **Transparência pública municipal e desenvolvimento humano local**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2019.

ATLAS BR. Paraíba, Nordeste. **Atlas Brasil**, 2024. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/uf/25>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

BRASIL. Acesso à Informação. **Transparência Ativa**. Gov, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/assuntos/transparencia-ativa>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 18 Dez. 2024.

BRASIL. **Plano Estadual de Assistência Social da Paraíba (2020-2023)**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), Diretoria do Sistema Único de Assistência Social (DSUAS). Paraíba, 2020.

FARIA, Renata Sossai Freitas; FARIA, Luiz Henrique Lima; MEDEIROS, Rodrigo Loureiro. Relações entre desenvolvimento humano, capital humano e transparência da gestão pública nos estados brasileiros. **Revista Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, SP, v. 14, n. 8, 2023.

GUEDES, Anna Karoline Alves Pereira; DE ARAÚJO, Sabrina Martins. Aplicação dos recursos públicos: uma análise dos relatórios emitidos pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) no município de Patos/PB. **Disciplinarum Scientia| Sociais Aplicadas**, v. 20, n. 2, 2024.

JUNIOR, Paulo Galvão. **A Interiorização do Desenvolvimento da Paraíba**. Jornal North News, 2024. Disponível em: <<https://jornalnorthnews.com/coluna/168/ainteriorizacao-do-desenvolvimento-da-paraiba>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

MAPA BRASIL TRANSPARENTE. **EBT - Avaliação 360º - 2ª Edição**. MBT, 2024. Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/66>.

MARCO, Cláudio Augusto Ferreira Di; TERCI, Eliana Tadeu. Transparência municipal e controle social: a visão dos Observatórios Sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, p. 313– 330, 29 ago. 2022.

PAULA, Sílvia Helena Soares De. **Fatores Influenciadores Da Transparência Pública Nas Capitais Brasileiras**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2024.



PEREIRA, João Pedro Do Nascimento; PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves; MORAIS, José Jassuipe Da Silva. **Determinantes da Transparência Pública nos Municípios Brasileiros: um estudo sobre a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e a Escala Brasil Transparente**. XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, julho de 2020.

PARAÍBA. **PIB da Paraíba sobe oito posições e fica acima do Brasil e do Nordeste**. Paraíba PB, 2023. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/pib-da-paraibasobe-oito-posicoes-e-fica-acima-do-brasil-e-do-nordeste>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE. **FECOP**, 2020. Disponível em: <<https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quasemetade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

RIZARDI, Bruno Martins; MOURÃO, Carolina Mota; METELLO, Daniela Gomes; FERRAREZI, Elisabete; MENEZES, Heloísa; BRANDALISE, Isabella; PERES, Janaina Lopes Pereira; LEMOS, Joselene; BALDEZ, Patricia; LEITE, Rafael; GUIMARÃES, Raissa De Luca; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; SANTOS, Bruna (organizadora). **Caminhos da Inovação no Setor Público**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), dez. 2022.

SIQUEIRA, Wender Rodrigues; SOUZA, Paulo Henrique; SILVA, Luiz Almeida. Transparência pública de governos locais: uma análise baseada na Escala Brasil Transparente. **Revista Ciências Administrativas**, v. 30, p. 1-13, 2024.

VENTURA, Kátia Santiago; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. E-Acessibilidade Na Transparência Ativa: A Aplicação Das Tecnologias Para Implementação Da Lei De Acesso À Informação. **Informação & Tecnologia**, 2(2), 71–87.

XAVIER, Vítor César Silva. **Transparência nos Estados Democráticos: a estratégia do segredo nas políticas públicas de transparência do Brasil e dos EUA de 2013 a 2020**. Tese de doutorado – Instituto de Relações Internacionais da UNB, Brasília, 2020.